

ACTA N.º 2/2009

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e nove, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório Municipal, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL ANÓNIMA, DE CAPITAIS MINORITARIAMENTE PÚBLICOS, PARA A CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, BEM COMO TODAS AS INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO, SITAS NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 22/GAPV/2009;**
- 3. CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO, EM REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO, DA REDE DE TRANSPORTES COLECTIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS NA ÁREA DA SEDE DO CONCELHO DE CHAVES – INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U. DO ENGº ABEL PEIXOTO.**
- 4. PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2008. INFORMAÇÃO N.º 17/DGFEP/2009;**
- 5. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS, NO VALOR DE 1.000.000,00€ E DESTINADO AO FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO. PROPOSTA N.º18/DGFEP/2009.**
- 6. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS, NO VALOR DE 1.376.801,67€ E DESTINADO AO FINANCIAMENTO DE PROJECTO DE ÍNDOLE COMUNITÁRIA. PROPOSTA N.º19/DGFEP/2009.**
- 7. CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM PAVILHÃO DESPORTIVO NA AV. DA TRINDADE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE, NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 23/GAPV/09.**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais tendo-se verificado as seguintes faltas:

José Pimentel Sarmento

António Barreira Batista

Valdemar Teixeira Carneiro

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Francisco António Taveira Ferreira

Manuel dos Anjos Montalvão Machado

Maria Inês Pereira Dias

Francisco António Pinto de Barros

José António Trindade Mendes

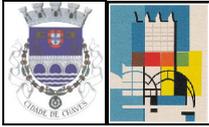
Gisela Maria Esteves Espírito Santo

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves

Nuno André Coelho Chaves

Lídia Maria Machado dos Santos

A acta número um, referente à sessão anterior, foi aprovada com duas abstenções por ausência na reunião anterior.



Entrou-se no “**Período Antes da Ordem do Dia**”, tendo usado da palavra os seguintes deputados:

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse que ia apresentar uma Proposta de Louvor/Congratulação ao cidadão flaviense Rui Jorge Dias Gonçalves que se transcreve na íntegra:

“**O Grupo Municipal do PSD propõe a esta digníssima Assembleia que aprove um voto de Louvor/Congratulação, a Rui Jorge Dias Gonçalves, nascido a 17 de Maio de 1985, no Hospital de Chaves e residente na Freguesia de Vidago, pelo seu brio profissional, mérito desportivo, resultados e êxitos internacionais alcançados, nos últimos anos, com particular destaque para o passado dia 26 de Abril do corrente ano, em que se tornou no primeiro piloto português a vencer uma prova do Mundial de Motocrosse, na categoria de MX2. O “Grande Prémio de Benelux”, em Valkenswaard (Holanda), onde pela primeira vez, no Mundial de Motocrosse, a bandeira das quinas subiu ao mastro mais alto e se ouviu o Hino Português.**

Foi, sem sombra de dúvida, um dia histórico para o motociclismo português, para o Desporto Nacional, para Vidago e para o nosso Concelho, tendo também em consideração que o Rui Gonçalves é já uma referência no Motocrosse Mundial, com apenas 23 anos de idade;

É o único Português que representa o nosso País ao mais alto nível na disciplina de MotoCross MX2 e é, sem dúvida, motivo de orgulho do nosso Concelho, da nossa Região e de Portugal.

É o 1.º Português a ser piloto oficial da conceituada marca KTM, que representa, pela segunda época consecutiva.

Em 2009 ocupa o 8.º lugar, entre 67 pilotos com 78 Pontos, com 4 provas realizadas e 11 por realizar. Cumpre a sua oitava época consecutiva no Campeonato do Mundo de MotoCross, na categoria de MX2, tendo obtido as seguintes classificações:

2008 – 5º Classificado – 380 pontos, entre 67 pilotos

2007 - 11º Classificado – 243 pontos, entre 54 pilotos

2006 – 7º Classificado - 325 pontos, entre 62 pilotos

2005 – 10º Classificado – 301 pontos, entre 64 pilotos

2004 – 16º Classificado – 162 pontos, entre 62 pontos

2003 – 18º Classificado – 48 pontos, entre 47 pilotos

2002 – 24º Classificado – 30 pontos, entre 53 pilotos

Por tudo isto, julgamos ser da mais elementar justiça, o reconhecimento público, também por esta Assembleia, pelos êxitos desportivos alcançados, na área de Motocrosse, categoria de MX2. O Presidente do Grupo Municipal do PSD”.

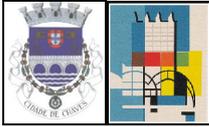
O PRESIDENTE DA MESA colocou a Proposta à apreciação da Assembleia Municipal tendo sido aprovado por unanimidade e aclamação a atribuição de um voto de louvor ao Senhor Rui Jorge Dias Gonçalves.

Em seguida **O SENHOR PRESIDENTE** deu conhecimento da entrada na Mesa de uma “Moção” subscrita pela CDU que foi lida pelo Senhor deputado **MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU e que se transcreve:

“Moção”

A Crise no Sector do leite.

O Sector Pecuário, em geral e particularmente, o sector leiteiro, está a atravessar uma das maiores crises dos últimos tempos, cujas consequências se estão a tornar demasiado dramáticas, para muitas famílias e a constituir um forte revés para a



economia nacional, situação que irá provocar a ruína de grande parte das pequenas e médias explorações pecuárias leiteiras.

Entre outros factores, estão a contribuir para esta difícil situação:

- A elevada baixa do preço do leite na produção, cuja descida significa já 40%, apenas no espaço de um ano;
- O aumento dos preços dos principais factores de produção – rações, combustíveis, sementes, sanidade animal etc.
- A inexistente falta de escoamento da nossa produção de leite e dos animais vivos, (particularmente os vitelos e as vacas, já fora da produção leiteira).
- A falta de apoios efectivos ao sector da pecuária.
- O aumento desproporcionado, das quotas de produção de outros Estados – membros da União Europeia – infelizmente aceite pelo Governo português.
- As grandes superfícies comerciais, fazerem importações sem um controle eficaz, utilizando leite excedentário, produzido no centro e norte da Europa, provocando uma concorrência desleal, com os produtores nacionais.

Assim os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Chaves, que se realiza em 29 de Abril de 2009, propõem:

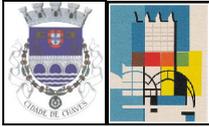
- a) Compensações financeiras directas ao produtor, que garantam um preço indicativo ao leite na ordem dos 40 cêntimos, por litro à produção.
- b) Aumento do controlo das importações de leite e carne e implementação de medidas que garantam o escoamento, a preços justos da produção nacional.
- c) Obrigatoriedade de regulamentação das embalagens, das “ marcas Brancas”, com a indicação do País e região de Origem.
- d) Intervenção do Estado no controle dos preços dos factores de produção.
- e) Integração da Pecuária nas fileiras estratégicas, ao abrigo do PRODÉR.
- f) Criação de medidas de apoio à recolha organizada da produção de leite nas zonas do interior e de montanha e regionalização da Quota Nacional de Leite.
- g) A manutenção do sistema de quotas de produção Nacional, defendendo desta forma, a nossa produção.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** referiu a “Moção” apresentada, dizendo que o assunto nela versado é importante, mas que deveria ser apresentado na Assembleia da República – à escala Nacional. Depois deste reparo perguntou à Assembleia se aceitava a sua entrada, tendo sido aceite. Para sua discussão usaram da palavra os seguintes deputados;

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA SANTOS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se à “Moção” apresentada pela bancada da CDU, dizendo que o Partido Socialista partilhava, de alguma forma, da opinião que foi expressa pelo Senhor Presidente da Mesa.

“Sendo um assunto que deve ser do interesse nacional, não se entende bem qual é a repercussão, em termos locais, que a Proposta apresentada possa ter. Reconhecemos que a posição da CDU e do Partido Comunista Português, possa levar a que sejam apresentadas situações e questões que acabem por fazer transparecer a sua posição anti – europeísta. O Partido Socialista não comunga desta posição, reconhece, inclusivamente, que a integração na Europa e no Euro, neste momento, a par de todo o equilíbrio de contas públicas, feita pelo actual Governo, concorre para a possibilidade de apresentar medidas que neste momento possam fazer frente à crise que Portugal atravessa e, por tudo o que foi exposto, o Partido Socialista não se revê na “Moção” apresentada pela CDU”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – usou de novo da palavra para recordar que a decisão de apresentar “Moções” nesta Assembleia é unicamente da responsabilidade da CDU e que nunca fez qualquer comentário sobre outras Propostas apresentadas, sobre outros assuntos.



“Entendo que a produção de leite nesta Região é muito importante. Fico espantado como é que uma deputada do Partido Socialista, que para além de atacar o Partido Comunista, não utilizou uma palavra, de simpatia/solidariedade, para reconhecer que existe um problema sério na produção e no escoamento, a nível nacional, mas também nesta nossa Região.

Esta “Moção tem dois aspectos. A Regionalização das Quotas e o Escoamento dos Produtos na agricultura de montanha, que se adaptam, perfeitamente, à situação do nosso Concelho”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse: “depois de ouvir atentamente as intervenções, de âmbito nacional a do Senhor deputado da CDU Manuel Justino Matos Cunha e de âmbito europeu, a da Senhora deputada Paula Barros, a bancada do PSD vai votar favoravelmente a “Moção” em análise, porque embora reconhecendo que poderia e deveria ser apresentada na Assembleia da República, nada impede que a mesma seja apresentada neste Fórum, dado que os agricultores do nosso concelho sofrem as injustiças que nesta matéria o Governo Socialista tem vindo a praticar”.

Posta à votação a “Moção foi aprovada com 81 votos a favor, 15 abstenções e dois votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

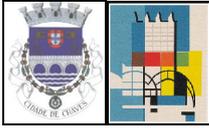
DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL SANTANA ABELHA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Há um ano, intervim, em nome do PSD, para saudar o 25 de Abril. Já na altura, denunciei as tergiversações do Partido no poder, ao serviço de um único objectivo: destruir o modelo social de Abril.

Um ano depois, será a minha intervenção mais esperançosa? Menos pessimista? Menos crítica? Não, infelizmente! Aquilo a que convenientemente se chama crise internacional serve para ocultar o desastre político interno, quase generalizado, do poder socialista.

O desmantelamento do estado social, do espírito de Abril e das suas conquistas vai de vento em popa. Eis alguns, poucos exemplos, para não me alongar.

Na Saúde, não fossem vozes socialistas como a do criador do SNS, António Arnaut, e já este estaria completamente desmantelado; nas liberdades individuais, passados os casos “Charrua”; o sindicalista preso; os professores e outros cidadãos identificados, a devassa de um sindicato, seguem-se os telefonemas para as redacções dos jornais e das televisões, marcas de carácter, impróprias da Democracia e que julgávamos pertencer a tempos idos; na Justiça alinhavam-se meia dúzia de medidas incoerentes e populistas: a reforma canhestra do Código Penal e sobretudo do Código de Processo Penal; o novo Código das Custas Judiciais, unanimemente criticado pelos operadores judiciários, cerceando o acesso à justiça dos menos favorecidos e funcionando, na prática, como uma autêntica taxa moderadora; o novo Mapa Judiciário que levanta enormes interrogações e, entretanto, a celeridade da justiça equivale à de um caracol; o MP denuncia pressões inqualificáveis, pondo em causa a sua autonomia e a separação de poderes constitucionalmente vigentes; no Ensino, retrocede-se no estatuto da carreira docente, dezenas de anos; o novo modelo de gestão escolar, retira do seu universo a democracia participativa e rejeita o sufrágio universal, propiciando esquemas de eleição que de democráticos terão a forma, mas nunca a substância; a exigência de passar os alunos e não de os reter é quase uma obrigação – não foi a Ministra Rodrigues que afirmou que reter os alunos fica caro? Pois ficará. Mas mais caro será a sua requalificação no futuro, com os cursos de formação que terão de frequentar; as Novas Oportunidades são espantosas: ainda esta semana a tri - atleta Vanessa Fernandes afirmava num jornal que vai fazer três anos num só! Admirável, sem



dúvida! Mas há mais: de um ano para o outro, e trabalhando para as estatísticas – não, não é de agora – já o ano passado aqui referi este aspecto, a Ministra consegue um milagre que, passe a ironia, se sobrepõe ao de S. Nuno de Santa Maria, conseguindo que a disciplina com menor sucesso, não só passe a ter média final positiva – o que já chegaria para a beatificação, mas tornando-se, – pasme-se –, na disciplina com maior sucesso absoluto. E, assim sendo, resta-nos esperar pela santificação da Ministra e dos seus inestimáveis secretários de estado; mais: com o seu populismo banal a Ministra da Educação quer transformar a escola em autênticos depósitos de alunos que ali passariam doze horas por dia???!!! E os pais não entendem que esta medida – nada contribuindo para uma melhor formação dos seus educandos - tornará ainda mais frágeis os laços familiares. A prova é fácil de fazer: 12 horas de escola + oito horas de sono+ 2 horas de estudo, somam vinte e duas horas, sobrando duas para o natural convívio pais/filhos. Que irresponsabilidade, Santo Deus!

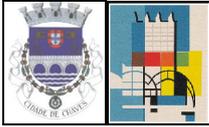
Com esta Ministra e a política do seu governo a escola caminha lindamente e alegremente para a bancarrota. O tempo julgará este governo e esta Ministra!

Quando se “candidatou”, em 2005, o Secretário-Geral do PS afirmou em relação ao executivo anterior que um governo que deixa chegar o desemprego aos 7% era um governo incompetente, que devia ser corrido do poder. O que dirá agora, quando, antes do advento da crise, o desemprego já ultrapassava os 8%? O que dirá agora quando o povo tem o mais baixo poder de compra dos últimos vinte anos? O que dirá agora quanto à importância que concede ao poder financeiro e à sua obsessão pelo lucro, não o taxando em conformidade?

Entretanto o inefável Ministro Mário Lino, mais conhecido na gíria pelo apodo de «*Jamais*», ora vai colocar portagens nas SCUTS, ora não vai, adiando o inevitável e o justo; tal como na OTA, persistirá no disparate da ligação pela RAVE de Porto - Lisboa; persistirá na entrada em Lisboa pela margem direita do Tejo, onerando, em muitos milhões de euros, segundo múltiplos especialistas o custo da obra. Sem visão estratégica de conjunto, este governo não percebeu que primeiro há que pensar para que serve a RAVE. Não podemos ficar pelo argumento paupérrimo de que os outros países também têm. Deve, por conseguinte, integrar este projecto num plano de ligações portuárias, aeroportuárias, rodoviárias e ferroviárias. Um plano harmonioso, sério, sensato e rendível. Deve equacionar que, se quer que Portugal seja a porta/ o porto de entrada de exportações para a Europa, deve requalificar e redimensionar os portos de Leixões e Sines. A partir daí, fazer a ligação pela RAVE a Vigo e ao sul de Espanha e abandonar de uma vez por todas esse elefante branco da ligação em alta velocidade Porto - Lisboa. E a tudo isto o Chefe do Governo pouco ou nada diz.

Vivemos tempos difíceis e não cometerei o dislate de que tudo é imputável a este governo. O capitalismo selvagem marcado pela usura, pela cupidez, pela ganância, é, em grande parte responsável pela crise internacional que se repercute internamente. A ética e a responsabilidade social desvaneceram-se. A desastrada política do BCE e do senhor Trichet, subindo as taxas de juro, no último ano e meio, acelerou a insolvência de famílias e empresas, com o único objectivo de travar a inflação. Mas então, o senhor Trichet não percebera que a inflação não resultava de excesso de liquidez nos bolsos dos cidadãos e das empresas, mas do aumento desenfreado, galopante e insustentável das matérias-primas como o petróleo e dos bens alimentares?

Mas outras nuvens se adensam neste Portugal, trinta e cinco anos depois da revolução dos cravos. Casos como o BCP, BPN, BPP, colocaram de forma inelutável a incompetência do Estado supervisor e regulador, nomeadamente, do Banco de Portugal e do seu Governador. E alguém tirou consequências de tal facto? Não! Que me conste o Dr. Constâncio lá continua, constante na sua incompetência de acertar



uma previsão macroeconómica que seja, incapaz de reconhecer o mau papel desempenhado nestes casos, incapaz de pedir a sua exoneração ou de se demitir.

E que dizer das fortunas imorais ganhas pelos gestores públicos? E das indemnizações chorudas dos mesmos, a que alguém chama inveja social? E do empréstimo a um empresário, feito pelo banco do Estado, a CGD, resolvendo praticamente a sua dívida, aceitando pagar por milhões de acções, um preço manifestamente acima do valor de mercado. Um desastre, direi, para ser delicado. E que faz o Chefe do Governo? Nada!

E que medidas tem tomado para enfrentar a crise? Fala no aumento do subsídio social de emprego, mas escamoteia que mais de 200.000 trabalhadores não têm acesso a qualquer tipo de subsídio de desemprego; cria linhas de crédito que chegam a uma percentagem ínfima das micro, pequenas e médias empresas que representam mais de 80% do tecido produtivo e igual percentagem de emprego e lança mais de 80% do dinheiro gasto no combate à crise, no saneamento de dois bancos!

Que pobreza!

E o que tem a ver todo este arrazoado com a data que aqui celebramos? Tudo! Abril não se fez para que os índices de pobreza atingissem vinte por cento de portugueses; não se fez para proteger o sector financeiro e especulativo, em detrimento do capital produtivo; não se fez para que a mediocridade fosse a regra e o mérito a excepção; não se fez para que a economia de mercado funcionasse com o patrocínio de uma qualquer mão invisível; não se fez para que o acesso à educação, à saúde, à justiça fosse dificultado; não se fez para que um Código Laboral revisto à direita, lançasse mais precariedade no mundo laboral; não se fez para que, em suma, as liberdades fossem coarctadas, diminuídas, desprezadas.

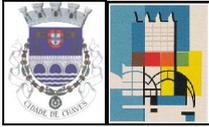
Abril é sinal de esperança e não ritual; é sinal de progresso e não de retrocesso, é sinal de respeito e não de discriminação; é sinal de concertação social e não de predomínio de uma das partes; é sinal de verdade e não de mentira; de transparência e não de opacidade; de honestidade e não de corrupção. Pessoa escreveu um dia: “Cumpriu-se o mar e o império se desfez/Senhor, falta cumprir-se Portugal”. Cumprido o mar, desfeito o império, direi, falta cumprir-se Abril. Honremos os capitães de Abril lutando por um novo tempo, por um tempo de esperança, por um tempo de Abril!

Abril não se resume ao cravo que se coloca, como quem coloca uma gravata num dia de festa. Não! Abril é muito mais! Abril, contra grandes tiranetes ou insignificantes imitadores, é sempre! Abril é para sempre!”

JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Comemoramos neste Abril, os 35 anos da revolução dos cravos. O “25 de Abril” significou para Portugal a restituição da liberdade escrita, de opinião, de pensamento e de acesso à informação. Foram estes os valores e os direitos que Abril nos devolveu. Passaram 35 anos, mas o certo é que cada vez mais constatamos que esses valores e esses direitos estão cada vez mais comprometidos em Chaves. A liberdade de acesso à informação tem sido sistematicamente bloqueada.

Em Janeiro e Fevereiro deste ano o PS solicitou à Câmara que lhe fosse disponibilizada informação sobre as contas e contratos de várias Empresas e Associações Municipais – Escola de Enfermagem, Empresa Municipal, Chaves Viva e EHATB. Sobre a Escola de Enfermagem os Vereadores do PS pediram a acta de instalação dos Órgãos Sociais, cópias dos Relatórios de Contas de 2006 e 2007, compensações atribuídas ao gestor económico da Escola, o caderno de encargos do contrato de fornecimento de serviços informáticos, cópia das propostas de fornecimento de serviços informáticos e ainda a cópia do mesmo contrato. Em



resposta o Senhor Presidente da Câmara informou os Vereadores do PS que o responsável financeiro era o Senhor Dr. João Pereira e que nunca recebeu um cêntimo pago pela Escola de Enfermagem.

Face a esta informação prestada em reunião de Câmara o Senhor Presidente está em condições de informar a esta Assembleia, que o responsável financeiro nunca recebeu, nem recebe nenhum dinheiro da Escola de Enfermagem? Porque é que o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da APEC não entregam aos Vereadores do PS as declarações que lhe foram solicitadas, contendo as compensações, remunerações, ajudas de custo, honorários, senhas de presença, ou outros valores pecuniários ao gestor executivo em 2006 e 2007, e a identificação das suas funções.

Os Vereadores do PS solicitaram ainda informações sobre a Empresa Municipal, a Chaves Parque e Associação Chaves Viva, nomeadamente os Relatórios de Contas referentes a 2005, 2006 e 2007, bem como a designação dos Órgãos Sociais das três entidades. Não sei porque hesita em dar ao PS esta informação, bastando para tanto mandar tirar cópias dos documentos arquivados.

Da EHATB, da qual o Senhor faz parte dos Órgãos de Administração, onde recebe senhas que afinal não são de 500,00€, como afirmou em Junho de 2008, mas sim de 750,00€, conforme confirmou para os jornais locais, também não nos foi entregue qualquer informação. Diga a esta Assembleia se se sente bem, com a sua consciência, depois de ter mentido sobre o valor das senhas de presença que recebe na EHATB. Solicitamos que nos seja fornecida cópia dos Relatórios de Contas de 2002, 2003, 2004, 2005, data a partir da qual os administradores passaram a receber senhas de presença, cópias das actas das reuniões do Conselho de Administração relativas a 2007 e 2008 e uma relação de todas as viagens e deslocações dadas aos órgãos Sociais da EHATB feitas em 2006, 2007 e 2008, bem como os seus custos.

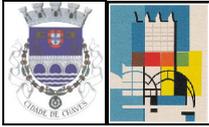
Relativamente ao MARC solicitamos o valor pago em senhas de presença ao seu Administrador – Dr. João Pereira – e solicitamos declaração sobre os montantes pagos em 2006 e respectivas senhas de presença. Tal como disse para os jornais está em condições de afirmar que as senhas de presença, pagas aos administradores não executivos, são de cento e cinquenta euros?

Qual o motivo porque a Empresa Municipal, da qual o Senhor é Presidente do Conselho de Administração, está a contratar serviços por ajuste directo, a uma empresa de um familiar de um dos administradores e membro do executivo. Falo da Empresa PXBOX, à qual a Empresa já fez, no corrente ano, duas compras, por ajuste directo.

Acha normal que no Balneário das Termas, ao lado de uma das câmaras de vigilância, esteja uma placa a fazer publicidade à Empresa PXBOX?

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – referiu-se ao “25 de Abril” e aplaudiu a intervenção feita pelo Senhor Deputado António Abelha, sobre esta efeméride.

Em relação ao espírito de Abril, neste momento, nas empresas públicas e nomeadamente no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, começa a instalar-se um clima de medo e de controlo, que nada tem a ver com o “25 de Abril”. Na realidade o controle do “pontómetro” está a atingir níveis de regulamento inimagináveis; as câmaras de vídeo – vigilância, aprofundam-se e até agora todas as vigilâncias dos pontómetros, que no essencial pretendiam ser a moralização do trabalho médico, demonstraram que a produtividade em vez de aumentar diminuiu e quem trabalhava muito continua a fazê-lo e quem trabalhava pouco também continua a fazê-lo.



A burocracia, os papéis e todas as medidas que no âmbito da saúde estão a ser tomadas, actualmente e anteriormente pelo Ministro Correia de Campos, estão a dismantlar o Serviço Nacional de Saúde.

Não deixo de reafirmar nesta Assembleia Municipal que o Senhor Governador Civil do Distrito, quando visitou o Hospital de Chaves, acompanhado pelo Senhor Presidente da Câmara - a quem não vi tomar nenhuma posição frontal e nítida sobre a questão - fez declarações para a imprensa, proferindo um conjunto de mentiras sobre o investimento na Unidade de Chaves, por parte do Centro Hospitalar. Reafirmo aqui, que as declarações que ele fez, ao dizer que tinha sido investido mais dinheiro na Unidade Hospitalar de Chaves, nos dois anos anteriores, ou seja: os anos após a integração, do que nos dez anos anteriores, é uma rotunda mentira e que só pode ter sido feita ou por má fé, ou por desconhecimento. Se foi por desconhecimento tinha de ser reposta a verdade dos factos. Lamento que as pessoas se deixem enganar por declarações feitas sem rigor, sem cautela e que apenas pretendem branquear uma situação.

Há medida que a situação na Unidade Hospitalar de Chaves se continua a degradar, gostava de entender: **1º** - qual as diligências feitas pelo Senhor Presidente da Câmara (a sua opinião já a conhecemos, porque já a manifestou aqui), relativamente às declarações do Senhor Governador Civil; **2º** - a posição do Grupo Municipal do Partido Socialista, uma vez que o Senhor Governador Civil foi nomeado pelo Governo do Partido Socialista.

Em seguida o Senhor deputado leu o seguinte documento/recomendação ao executivo: “ O Dr. Mário Gonçalves Carneiro faleceu há quase um ano. A cidade e também esta Assembleia Municipal não souberam ainda prestar-lhe a homenagem devida.

Seguramente o Dr. Mário Gonçalves Carneiro foi, individualmente, uma das personalidades que mais contribuiu para o desenvolvimento da cidade. Podemos considerar mesmo que a cidade de Chaves seria significativamente diferente se não fosse o espírito cívico e científico do Dr. Mário Carneiro. Se ele não tivesse aplicado as suas energias e capacidades no desenvolvimento do termalismo na nossa cidade, em todas as suas vertentes, com dimensão nacional e internacional.

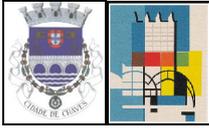
Assim proponho que a Câmara Municipal lhe preste a devida homenagem e ainda que seja lançado um prémio do Município para um concurso anual de âmbito escolar concelhio, sobre o tema geral da Água, constituindo a apresentação pública dos trabalhos, uma cerimónia anual de Homenagem ao Dr. Mário Gonçalves Carneiro”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** disse que esta ideia é extremamente válida, mas a competência em homenagear figuras importantes do nosso Concelho, é da exclusiva competência da Câmara Municipal, pelo que em vez de proposta deverá constar como recomendação.

Ninguém se opôs tem do a recomendação sido aceite.

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – usou da palavra para, dizer que participou numa reunião, num Órgão nacional, onde foram discutidas medidas a apresentar ao Governo, no sentido de encontrar soluções para minimizar a crise que nos afecta a todos.

No conjunto dessas medidas existe um pacote que será apresentado à Associação Nacional de Municípios Portugueses, do qual foi dado prévio conhecimento ao respectivo Presidente. Algumas dessas medidas que requerem a colaboração dos Municípios na minimização do impacto da crise, no tecido económico de cada concelho, têm como objectivo a suspensão, por um prazo de dois anos, da generalidade das taxas municipais aplicadas às actividades económicas/empresariais.



É igualmente importante o reforço do investimento autárquico para a reanimação dos Centros Urbanos. Em Chaves estas medidas já se encontram implementadas, senão vejamos: A Procentro foi constituída para a reanimação do Centro Urbano de Chaves e as acções desenvolvidas, com o apoio do Governo central, através do Programa MODECOM, tem contribuído para a reanimação do comércio e da restauração – actividades económicas importante no nosso concelho. É muito importante também a iniciativa da Câmara Municipal de Chaves, quanto às taxas de publicidade, cuja proposta foi aprovada nesta Assembleia Municipal, na sua última sessão, isentando de publicidade os comerciantes de Chaves. Veio de encontro a medidas agora reivindicadas e apresentadas ao Presidente da ANMP. Por tudo isto está de parabéns a Câmara Municipal de Chaves e, obviamente, o seu Presidente pela visão estratégica que tem para o Concelho, associando ainda o facto da inexistência do imposto de derrama.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – depois de cumprimentar os presentes disse que a sua intervenção tinha como objectivo fazer dois reparos e um agradecimento público.

Um dos reparos tem a ver com os parafusos salientes, que existem nos postos de iluminação pública, na avenida D. João I, reparo já feito noutra altura, que estão a ser retirados, devendo terminar no dia de hoje esses trabalhos. Embora um pouquinho tarde, agradeço que o problema tenha sido resolvido, o que é importante. O segundo reparo tem a ver com o modelo de estatuária, localizado em frente à Quinta do Pinheiro, que permanece no local, mas espero que seja brevemente removido.

No dia 18 de Abril, em Vidago, tivemos uma sessão plenária regional do PNEP – Plano Nacional do Ensino do Português, que envolveu cerca de 200 professores e onde estiveram presentes personalidades de vulto, da escrita portuguesa, nomeadamente o Senhor Dr. Bento da Cruz, Isabel Alçada e uma linguista da Escola Superior de Bragança. Foi opinião unânime de todos os participantes que o evento foi bem sucedido, quer pelo espaço disponibilizado, que foi excelente, quer pela organização. Este evento não teria tido o sucesso que teve sem não tivesse havido a prestimosa colaboração do Senhor Presidente da Câmara e de quem o assessora. Senhor Presidente o meu muito obrigado.

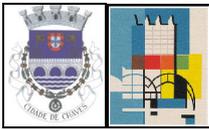
RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – cumprimentou a todos e em seguida referiu a visita ao Concelho, no passado dia 31 de Março, do senhor deputado da Assembleia da República Dr. Agostinho Lopes.

Veio inteirar-se de alguns problemas que existem no concelho, nomeadamente a situação do Mercado Abastecedor, onde reuniu com o seu gestor responsável e ainda a situação da Escola Superior de Enfermagem, onde reuniu com a Senhora Directora. Foi com muita honra e orgulho que o recebemos e, não tendo a CDU deputados da Nação, eleitos pelo nosso Distrito, tem sido o Senhor Dr. Agostinho Lopes a envidar esforços no sentido de chamar a atenção para a resolução dos problemas da nossa Região.

O PRESIDENTE DA CÂMARA cumprimentou os presentes e em seguida respondeu às questões que lhe foram colocadas neste período Antes da Ordem do Dia, pela respectiva ordem de intervenção:

- O Senhor deputado **António Abelha** falou sobre o “25 de Abril” e eu quero realçar, nesse âmbito, a participação activa e muito expressiva, de crianças, quer nas provas de atletismo, que decorreram durante a manhã, quer noutras provas que decorreram durante a tarde do dia 25.

No dia 25 de Abril, em termos institucionais, tem vindo a tornar-se um hábito a realização de cerimónias oficiais e a participação das pessoas limita-se, em muitos casos a actividades de âmbito cultural, com repercussão limitada, quer naquilo que é importante que é recordar às gerações mais novas esta efeméride, quer naquilo que



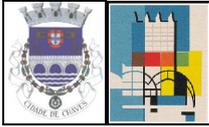
ele representa em si mesmo de festa e de alegria para muitas pessoas que o puderam viver, na altura própria e que hoje recordam de forma positiva. Daí a aposta do Município de Chaves na participação das crianças, uma forma de, mais tarde, elas recordem que nesse dia participaram em eventos e que foi um dia diferente, porque, efectivamente, o “25 de Abril” foi um dia diferente.

E foi um dia diferente porque nos trouxe a liberdade. Liberdade essa que permite a todos dizer o que lhes apetece, embora a definição de liberdade não signifique verdadeiramente que cada um diga o que muito bem lhe pareça, até porque a liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do seu próximo.

- O Senhor deputado **Júlio Alves** disse tudo o que bem entendeu. Mas muito daquilo que disse hoje na sua intervenção, já o fez noutras Assembleias e tem o efeito que tem. No que me diz respeito estou à vontade. Toda a minha situação, quer do ponto de vista fiscal, que já tentaram beliscar, quer do ponto de vista patrimonial, está perfeitamente regularizada conforme a lei determina.

Todas as outras questões que são colocadas têm resposta. Usar o Estatuto de Oposição para fazer determinadas perguntas como aquela que o Senhor deputado oportunamente fez e que agora não citou, e que dizia respeito às chamadas internacionais que eventualmente eu possa ter feito; o Senhor até citou o período – período esse em que não fiz qualquer chamada internacional. Ora esse tipo de perguntas não fazem parte do Estatuto de Oposição, que no seu artigo 4º diz claramente que «os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados, regular e directamente, pelos correspondentes Órgãos Executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público, relacionados com a sua actividade» Não me consta que qualquer das questões aqui colocadas e muito menos as chamadas telefónicas, sejam assuntos principais e muito menos de interesse público. Cumprimos claramente o Estatuto da Oposição, disponibilizamos todos os documentos a que fez referência, entregando fotocópias aos Senhores Vereadores na Câmara Municipal, sendo apenas uma questão de os analisar devidamente.

- O Senhor deputado **Manuel Cunha** perguntou qual foi a minha resposta à tomada de posição do Senhor Governador Civil sobre o Hospital de Chaves. O Senhor Governador Civil, apesar de ser um nosso distinto concidadão e conterrâneo, visitou oficialmente o Município, esteve na Unidade Hospitalar, onde estive com ele na reunião de trabalho, mas não estive com ele quando falou com os jornalistas. A conferência que deu é da sua responsabilidade. A minha posição é conhecida de todos, muito anteriormente à visita do Senhor Governador Civil. Embora em muitas situações estejamos de acordo, nessa não estamos. Temos posições diferentes que respeitamos mutuamente e eu continuarei a defender claramente a posição que entendo ser a mais benéfica para a nossa Unidade Hospitalar e para os flavienses. Registamos a recomendação relativamente à homenagem ao Senhor Dr. Mário Gonçalves Carneiro, sendo certo que o Município já o homenageou por diversas formas. Esta será mais uma delas.
- Como referiu o Senhor deputado **João Miranda Rua**, congratulamo-nos por estarmos já a praticar algumas medidas que o Governo está agora a propor. É nossa obrigação estar atentos às necessidades dos cidadãos e tanto quanto possível responder-lhe em tempo útil.
- Tomamos em devida conta o reparo do Senhor deputado **Anselmo José Martins** e procuraremos remover a parte do maciço de betão que ainda se encontra no local que mencionou.
- Tive a oportunidade de partilhar algum tempo com a visita do Senhor deputado Agostinho Lopes, referida pelo Senhor deputado **Rui Oliveira**, e nessa altura expus a minha opinião sobre as várias questões analisadas.



O **SENHOR DEPUTADO JÚLIO ALVES** do PS pediu novamente a palavra para um pedido de esclarecimento e disse:

“Relativamente à matéria que trouxe aqui na minha intervenção, o Senhor Presidente não deu qualquer resposta. Perguntei porque é que não emite a declaração sobre os valores pagos em senhas de presença nas reuniões do Mercado Abastecedor e nada disse; perguntei porque é que não emite a declaração sobre os valores pagos ao Gestor Executivo, não disse nada; perguntei sobre a Empresa não PX como antes referi, mas PCBOX, também nada disse; perguntei porque é que não são entregues os Relatórios de Contas, também não disse nada; perguntei porque é que não são entregues os documentos da EHATB, e nada disse; perguntei se não estava arrependido de ter mentido sobre os valores das senhas de presença e também nada disse. O Senhor Presidente à minha intervenção limitou-se a responder com zero.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu ao Senhor deputado **Júlio Alves** que em matemática zero é igual a zero e ao zero responde-se com zero.

“Como eu entendi que a sua intervenção valia zero, optei por não dizer nada mais para além daquilo que disse”.

Deixo bem claro que não menti à Assembleia Municipal sobre as senhas de presença porque na altura em que referi os valores eram os que estavam em vigor, e pode confirmar isso nas respectivas actas. Os restantes documentos estão à disposição de quem os quiser consultar, quer seja o Senhor ou outro deputado, ou mesmo outro cidadão qualquer que o deseje.

Entrou-se no Período da “**Ordem do Dia**”

PONTO 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.

MARÇO

Dia 6 – Seminário sobre Regiões de Fronteira (Organização UTAD).
Participação activa do Município.

Dia 9 - Reunião com Entidades envolvidas na Oferta Formativa do Concelho.
Coordenação e articulação da Formação em função da procura manifesta e/ou implícita.

Dia 12 – Seminário Internacional Urbact (Eurocidades Europeias). Presença de especialistas europeus e universitários de Madrid e Tours.

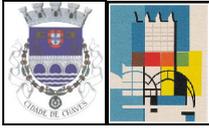
Dia 21 – Formação para formadores AEC (Org. Grupo de Inglês).

Dia 24 – Dia dedicado à História de Chaves pela Academia Portuguesa de História.

Dia 25 – Visita de Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

Dia 26 – Apresentação em Mirandela, na DRAN, do Projecto Integrado de Desenvolvimento de Vidago (Agricultura).

Dia 27 – I Congresso Internacional de Animação Turística.



Dia 28 – Encontro Nacional de Rádios Locais (Org. RL): Apresentação do Projecto Eurocidade.

Dia 30 – Presença do Sr. Governador Civil no Concelho:
Câmara Municipal, PSP, ACISAT, Esc. Prof. Nuno Rodrigues, ATMAD, Unidade Hospitalar, Protecção Civil.

ABRIL

DIA 7 - Reunião da CIM: Organização Interna, Instalação da Assembleia Intermunicipal, Candidaturas no âmbito da Contratualização.

DIA 10 – Primeira Prova de Atletismo Eurocidade (248 participantes).

DIA 14 – Reunião da Vidagustermas – Ponto de Situação do Projecto Integrado de Desenvolvimento de Vidago (Balneário, Envolvente, sinergias com UNICER, participação dos Agentes Locais).

DIA 22 – Dia da Escola António Granjo.

DIA 23 – Apoio a Idosos: Cooperação com a Santa Casa da Misericórdia. Financiamento de 20 aparelhos de telefone e sua manutenção durante 1 ano.

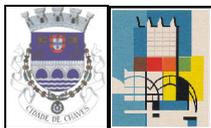
DIA 25 – Cerimónias Oficiais; Provas desportivas - Atletismo (corrida da Liberdade) e Futsal Infantil.

DIA 26 – Homenagem ao General Sousa Dias (Republicano, considerado o primeiro “Capitão de Abril”).

DIA 26/27 – Campeonatos Europeu e Mundial de Trial em Chaves.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

- a) Pedido à DREN para considerar este ano lectivo excepção na desactivação das Escolas com menos de 10 crianças;
- b) Férias Desportivas da Páscoa 2009 - participação de 130 seniores (+ de 50 anos);
- c) Futsal inter-freguesias com participação de localidades do concelho de Verin.



INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 24 DE ABRIL DE 2009.

1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

2-Dotação Actual do PPI.....	30.130.996,30€
Dotação Cabimentada	20.683.493,01€
Taxa de Execução Física do PPI	68,64%

2 – Execução do Orçamento:

2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:

Dotação Actual do Orçamento	60.183.677,21€
Dotação Cabimentada	34.343.591,32€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa	57,06%

2.2 . Execução do Orçamento da Receita:

Dotação Actual do Orçamento.....	60.183.677,21€
Receita Liquidada	9.808.772,69€
Grau de Execução do Orçamento da Receita.....	16,30%

3 – Situação das Responsabilidades Financeiras Assumidas pela Autarquia:

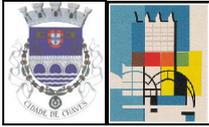
3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:

Data	Dívida de Curto Prazo
2008.09.22	15.841.381,55€
2008.12.15	12.793.061,10€
2009.02.23	13.807.694,01€
2009.04.24	14.906.159,20€

3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:

Data	Dívida de M/L Prazo
2008.09.22	15.660.700,22€
2008.12.15	19.345.120,97€**
2009.02.23	19.068.937,08€
2009.04.24	18.536.751,53€

(**) – já se encontra incorporado o capital em dívida e respectivos juros referente ao financiamento contraído no âmbito do Programa “pagar a tempo e Horas”.



Neste Ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – referiu-se à Feira dos tecidos e a sua localização, dizendo que o pavimento coloca dificuldades às pessoas que ali se deslocam a fazer as suas compras. Deixa o reparo.

Mencionou ainda o abate de árvores junto ao Rivelas, entre o Hospital e a Escola de Santo Amaro e pergunta qual a finalidade desse abate.

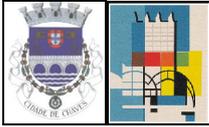
Disse que é obrigação do Presidente da Câmara, no seu entender, se há declarações falsas que prejudicam a evolução da situação do Hospital, denunciá-las e criticá-las, tal como fez o Partido Comunista em conferência de imprensa. Cada um tem as opiniões que quer, desde que correspondam factualmente à verdade e não à mentira.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse que a sua intervenção tem a ver com a passagem de 35 anos sobre o “25 de Abril” de 1974, data que nos deve honrar, que devemos dignificar.

“Ouve-se falar em Liberdade, em Direitos, não se ouve, porém, falar em algo que é fundamental para consubstanciar aquilo que assumamos como Liberdade. Democracia e Direitos, que é também o cumprimento de deveres e a nossa responsabilidade individual, enquanto cidadãos e a nossa responsabilidade colectiva. No que respeita às questões de responsabilidade e à consolidação de valores como a Democracia, não devemos perder o sentido daquilo que é o respeito e o fomento de igualdade de oportunidades. É por isso que nos choca, a nós Partido Socialista, ouvir nalguns discursos que começaram por invocar esta data, declarações profundamente elitistas, no que respeita a iniciativas que têm como principal fundamento, garantir a igualdade de oportunidades a cidadãos que não a tiveram a seu tempo e que agora podem ter uma nova oportunidade no acesso ao conhecimento, no que respeita à sua valorização enquanto cidadãos, na elevação das suas qualificações; Também não ouvimos falar nas “Novas Oportunidades” a cidadãos aos quais a escola não respondia às suas solicitações e ansiedades e, neste momento vemos o forte alargamento das ofertas educativas, o regresso à escola, até este momento, de mais de vinte mil jovens recuperados do abandono, da rua, onde seguramente não aprenderiam mais, em termos de valores, enquanto cidadãos, do que aquilo que podem aprender no seio da escola com programas educativos adequados.

Felizmente da parte do PCP não vemos aqui, na Assembleia Municipal, um eco do que é o seu discurso elitista, relativamente a esta questão a nível nacional, mas gostávamos que o PCP não confundisse o que é notoriedade com eficácia. O PS respeita todas as iniciativas que visem não só tomar conhecimento, como promover actos que tendam a contribuir para a dignificação, a elevação do nosso Concelho e da nossa Região em particular. Não é só por fenómenos de notoriedade ou de aparecer em páginas de jornais que isto acontece. Isto deve acontecer por análise profunda das realidades e por exercício de poder de influência onde possa ser exercido.

A questão que aqui me trouxe relacionada com a informação do Senhor Presidente da Câmara, relativamente à actividade municipal, temos recebido uma resposta francamente positiva às medidas de política educativa do Governo, no que respeita ao reordenamento da Rede Educativa, à generalização das actividades de enriquecimento curricular no primeiro ciclo, das refeições e muitas outras actividades. O Senhor Presidente da Câmara, na sua informação, refere um pedido à DREN para considerar este ano lectivo excepção, na desactivação das escolas com menos de dez crianças. Sabemos o que isto significa e sabemos também que o Senhor Presidente sabe o que isto significa em termos de acto educativo e de socialização; o que significa o reordenamento da rede, com a edificação dos Centros



Escolares, onde todas as crianças tenham igualdade no acesso a oportunidades, ao conhecimento e à qualificação.

Queríamos perguntar ao Senhor Presidente quais são os fundamentos que baseiam este seu pedido à DREN, para este ano.

ANTÓNIO MANUEL SANTANA ABELHA do PSD – disse que, para quem vem do povo como ele, ao falar de lições de igualdade a Senhora deputada Paula Barros, não lhes aportou nada de novo.

“Sobre as Novas Oportunidades a Senhora deputada confunde as coisas. Eu sou defensor de que um povo inculto é um povo infeliz, ao contrário do que dizia o anterior ditador. Mas não caio na demagogia, nem a Senhora deputado o deve fazer. Aconselho-a a ler Miguel Torga que foi um homem que fez o 7º ano em poucos anos, mas fê-lo, com exames, com exigência e com rigor. A Senhora defende uma escola do deixa passar, do deixa andar e chama a isso igualdade? Mas mais importante que as Novas Oportunidades, são as liberdades, os “pontómetros”, os chips das matriculas, as câmaras de videovigilância, a bufaria, o atendimento no hospital onde não se pode falar. Estamos pior do que no tempo do Salazar e era isso que a Senhora deputada devia reflectir. Esta situação só acontece com esta maioria, nunca aconteceu com a maioria cavaquista, com os defeitos que também teve.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que foram colocadas neste ponto.

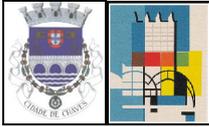
- O Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** referiu o pavimento do novo espaço da Feira. Quando aquele espaço foi concebido contámos com um número de feirantes inscritos no Concelho, na ordem dos 130; foram criados 256 espaços de 4x4m = 16 m² para cada feirante. Havia a perspectiva de colocar todos os feirantes no espaço que está empedrado e não ser necessário utilizar o espaço que tem gravilha. Entretanto os feirantes manifestam interesse em ter as viaturas junto do seu lugar de venda, não só pela necessidade de repor os stocks, como também para poder permitir aos compradores experimentar as peças que compram. Perante tudo isso verificou-se que o espaço se tornou insuficiente, havendo a necessidade de ocupar uma área que tem gravilha.

Interessa referir que os feirantes estão satisfeitos, o espaço tem mais dignidade do que tinha o anterior, junto ao Forte de S. Neutel; tem parque de estacionamento, tem sanitários e condições de acesso adequadas. Fora dos dias de feira é utilizado para fazer desporto e passeios dos moradores da zona.

As árvores do Rivelas, foram recentemente abatidas a pedido de moradores da zona que sofrem de alergias, sobretudo nesta altura. Mas se reparar já foram substituídas por outras de outra espécie, menos alérgicas. Aliás esta Autarquia se necessita de arrancar uma árvore, tem por norma plantar 100.

- Respondendo à Senhora deputada **Paula Barros**, o acordo que temos com a DREN é que sempre que uma escola tenha menos de dez crianças, sejam deslocadas para uma unidade próxima. Esta excepção foi por nós solicitado, no corrente ano, por duas razões: **1ª** - As seis crianças que frequentam a escola de Vilarelho, dado que está prevista a sua deslocação para o novo Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade, a partir do final do ano, altura em que ficará concluído; **2ª** – porque não se justificava a deslocação dessas crianças para outra escola e a meio do ano escolar e voltar a deslocá-las novamente para o Centro Escolar.

Informo ainda esta Assembleia Municipal que as Termas de Chaves, no Relatório da Associação Termas de Portugal, mantêm o segundo lugar de procura, no Termalismo Clássico e um crescimento sustentado na vertente do “Bem-estar”. Apesar de se verificar, a nível nacional, uma quebra na utilização termal, essa quebra não atingiu as Caldas de Chaves. Os números estão disponíveis em documento e na Internet.



Nas Freguesias onde a Iberdrola está a construir barragens – Vidago, Arcossó, Anelhe, Vilarinho das Paranhos, e eventualmente Vilela do Tâmega - cujo projecto foi oportunamente apresentado em Chaves, o Município fez o levantamento das Infra-estruturas existentes. Numa altura em que está a ser feito o estudo de impacto ambiental, devem as referidas freguesias colocar todas as questões que existam para serem devidamente analisadas. O Município ajudará no que seja necessário para defender os interesses das pessoas.

PONTO 2. - CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL ANÓNIMA, DE CAPITAIS MINORITARIAMENTE PÚBLICOS, PARA A CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, BEM COMO TODAS AS INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO, SITAS NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 22/GAPV/2009;

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que esta Proposta vem à Assembleia Municipal e tem como objectivo a execução de duas obras em concreto. Ligação entre a Rotunda do Rajado - Centro da Madalena e a ligação de um troço da circular externa entre a zona industrial da Cocanha e o Nó na Estrada do Seara – saída principal, a partir da auto-estrada.

São duas obras que não cabem nas candidaturas às vias de comunicação onde temos toda a nossa concentração de esforço financeiro, nomeadamente a via de acesso prioritário ao Hospital, mas que podem ser materializadas desta forma. O investimento é de cerca de dois milhões de euros e o que se pede é que a Assembleia Municipal autorize: **1º.** – Que a Câmara participe na nova Sociedade a construir. **2º.** – Que se abra concurso para a adesão de eventuais parceiros.

Esta situação não é nova; o Governo utiliza esta figura frequentemente, nos mesmos moldes. As condições estão devidamente plasmadas na Proposta.

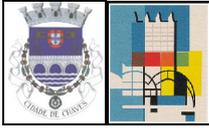
DEPUTADO ANSELMO JOSE MARTINS do PS – disse que relativamente a esta Proposta tem uma posição muito pessoal.

“Já dei a conhecer a esta Assembleia Municipal que em determinadas circunstâncias sou favorável às parcerias público-privadas. Defendi e votei favoravelmente a parceria público-privada para a construção do equipamento desportivo, mas também sou um defensor do municipalismo. Os Municípios e as Autarquias criaram-se para que o poder eleito pelo povo, participasse na resolução dos seus problemas, razão pela qual as autarquias foram progressivamente sendo dotadas de competências. De há uns tempos para cá estamos a fazer o caminho inverso, abdicando ou passando essas competências para outras instituições, que cumprem a lei, mas não são instituições eleitas por nós.

Devemos reflectir que neste afã de fugir às regras do Tribunal de Contas e da Contabilidade Pública, passamos estas competências para entidades público-privadas. Temos de ter cuidado, senão a determinado momento podemos estar a acabar com o municipalismo.

Sobre a Proposta em análise, não vejo grande vantagem nela; as expropriações são feitas pela Câmara que paga e em seguida é ressarcida pela empresa. A empresa tem de ter o aval da Câmara; a Câmara é o único cliente da empresa. Se tem de recorrer ao crédito, porque é que não é a Câmara a fazê-lo, faz as obras e a sua manutenção directamente, sem meter no meio qualquer empresa? Essa empresa, provavelmente terá de ter um administrador, terá de ter pessoal administrativo e, nesse sentido, a obra sairá um pouco mais cara.

O que mais me move, porque vou votar contra, é que não vejo que esta entidade público-privada tenha razão de ser, dado que o seu objecto não vai angariar receitas próprias, vai apenas receber da Câmara Municipal de Chaves. Também não



concordo que sucessivamente a Câmara de Chaves deixe de exercer as suas funções e pergunto-me qual será a função da Câmara Municipal de Chaves, dentro de algum tempo”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU - disse concordar, no essencial, com os argumentos apresentados pelo Senhor deputado Anselmo e vai votar contra esta Proposta.

No entanto tudo aquilo que o Senhor deputado Anselmo vê na Câmara de Chaves como negativo, é o que a política do bloco central introduziu relativamente às autarquias; o alienar sucessivo das responsabilidades.

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões colocadas dizendo:

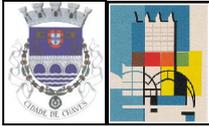
Não é verdade que haja uma sucessiva transferência de competências das Câmaras para outras entidades. Todos nós, no contexto actual, sabemos que há determinado tipo de conceptualização do que é o municipalismo, ou não. Todos conhecem, também a teoria da passagem do município construtor para o município gestor. O que está a acontecer é que as Câmaras, em determinado tipo de situações, ultrapassada parte da criação de infra-estruturas, estão a assumir outro tipo de responsabilidades e ninguém se lembrou da questão da educação. Se nalgumas áreas os municípios vão delegando competências próprias, noutras entidades, em contrapartida, vem assumido novas competências, nomeadamente na Educação. O Município de Chaves, consciente de que essa é a sua obrigação, tem assumido responsabilidades na área da Educação, que é uma área essencial para a formação dos cidadãos – cidadãos participativos. Mas há áreas que pode delegar noutras entidades que têm a especialização para o efeito. É o caso da construção de vias, em que existem empresas especializadas. As estradas que outrora foram executadas pela autarquia estão em desuso. Na Acção Social acontece a mesma coisa. Vejam o que existe e o que está previsto de assunção dos municípios em termos de responsabilidade nesta matéria.

A nossa opção neste caso prende-se com duas razões: 1ª. O Município de Chaves tem tido acesso a financiamentos comunitários, de grande envergadura e muito importantes para o Concelho. Mas esses financiamentos não chegam para fazer todas as obras que são necessárias. Se neste caso reservámos o financiamento concedido para a obra de acesso do Nó da auto-estrada ao Centro da Cidade, ficam de fora estas duas obras. Em função disso teremos de optar por contrair empréstimo para a sua execução – temos capacidade de endividamento - ou então seguir a via agora proposta que, não é mais do que encontrar essa forma de financiamento necessária. Este financiamento para além de ser mais distendido no tempo, não só permite o pagamento faseado, como, no caso concreto não há qualquer alteração em termos do espaço, que continua a ser do domínio público, com a vantagem de que a empresa que construir vai fazer a manutenção das vias. A construção de uma estrada não implica apenas o investimento na sua construção; há a manutenção ao longo dos anos que absorve muito capital.

Esta Proposta que vem hoje à Assembleia Municipal, tendo em conta o custo benefício, se a obra for feita mais cedo, mais cedo vai beneficiar os cidadãos que por ela transitarem e os efeitos sociais serão melhores. Se esta parceria vier a existir cumprirá todos os procedimentos e regras estabelecidas, nomeadamente a contratação pública e o concurso público, porque é um concurso público que está em causa.

Terminou solicitando a sua aprovação.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 75 votos a favor, 18 votos contra e 7 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



PONTO 3. - CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO, EM REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO, DA REDE DE TRANSPORTES COLECTIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS NA ÁREA DA SEDE DO CONCELHO DE CHAVES – INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U.

O PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta configura uma necessidade legal de ser apreciada por esta Assembleia Municipal porque os transportes públicos urbanos de Chaves foram, desde o seu início, da responsabilidade directa da Empresa Municipal. Entretanto, através de ajuste directo, foram entregues à Auto Viação do Tâmega, no passado dia 1 de Setembro de 2008.

A manutenção dos transportes públicos na Empresa Municipal configurava um saldo negativo anual, menor do que o espectável, mas na ordem dos cinquenta mil euros/ano. A Empresa à qual foi adjudicada a execução dos transportes públicos vai fazê-lo com um custo menor do que o que era o habitual défice. Como a lei estipula o prazo de um ano, vem a esta Assembleia o pedido dessa autorização para concessão no futuro.

A experiência desde 2005 até à presente data levou a que pudéssemos avaliar aquilo que é a utilização dos transportes públicos, o serviço que podemos prestar, as melhorias que poderão ser introduzidas, atendendo às linhas existentes e às hipotéticas alterações. Os Serviços Municipais fizeram esse estudo, apresentaram uma proposta, alterada relativamente à que estava em vigor, mas que se configura como um serviço mais eficaz aos cidadãos. A Proposta está em discussão e vem a este Órgão para que seja autorizado o concurso público para a concessão por dez anos, com as condições plasmadas no respectivo Caderno de Encargos e Programa de Concurso.

Entendemos que este serviço público se justifica porque traz vantagens para os cidadãos, mas essencialmente e num contexto futuro, é considerado melhor para o ambiente.

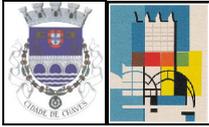
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4. - PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2008. INFORMAÇÃO N.º 17/DGFEP/2009;

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta configura a Prestação de Contas relativa ao ano de 2008 e começou por esclarecer algumas situações que vieram a público e que não condizem com a justa apreciação dos documentos.

O Partido Socialista fez eco do passivo da Câmara de Chaves, que é de 59 milhões de euros. Ninguém nega esse facto, mas seria sério e coerente referir também o activo. O activo são os direitos do Município, que importam em 130 milhões de euros. Se forem ao pormenor e fizerem as contas vêm como tem evoluído quer o activo, quer o passivo. Durante o ano de 2008 esta Assembleia Municipal aprovou um empréstimo no contexto do “Pagamento a Tempo e Horas”, no valor de quatro milhões de euros. Em função disso vejam que o passivo apenas subiu dois milhões de euros, o que significa que a gestão foi positiva. Quando se fala sobre estas matérias, políticas à parte, há a necessidade da credibilidade e da verdade. No Município de Chaves o activo ultrapassa o dobro do passivo e a evolução, nesta matéria é francamente favorável à gestão deste executivo.

O Partido Socialista diz que os impostos subiram; o que tem subido é a cobrança dos impostos, porque a taxa tem descido, e esta Assembleia Municipal, todos os anos, tem aprovado a descida da taxa dos impostos sobre imóveis e aprovou, igualmente, a isenção do IMT. Também não cobramos Derrama. Se as taxas descem e a



arrecadação da receita aumenta é porque há dinamismo no Concelho. Quem cobra os impostos não é a Câmara – é o Estado e a Autarquia paga-lhe, por esse facto, mais de cem mil euros por ano.

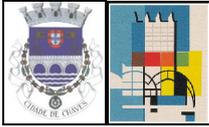
Na demonstração de resultados verifica-se que os gastos com pessoal, de 2007 para 2008, diminuíram, com a agravante de que em 2008, para além dos aumentos normais, os trabalhadores, por força do novo Código de Trabalho, tiveram uma promoção e foram regularizadas as suas situações. Hoje toda a gente tem contrato, existindo apenas três únicas avenças - O Médico, o Consultor Jurídico e o Geólogo que faz o acompanhamento da água termal – porque se inserem em especificidades próprias. Houve, efectivamente, um aumento dos encargos, mas não dos salários. Isto é fácil de entender. Um trabalhador (licenciado) que antes custava, por exemplo 1.000,00€ x 12, custa agora, com contrato 1.537,00€x14. Apesar de tudo isto os encargos com o pessoal baixaram.

As Contas e o Relatório de Gestão relativamente ao ano, não dizem respeito só à contabilidade, dizem respeito também à actividade da Autarquia. O Relatório de Gestão relativo a 2008 tem três aspectos essenciais: **1º**. Terminaram obras de referência do Município, nomeadamente as margens do Tâmega, Centro Cultural, Parque Multiusos e várias intervenções nas freguesias; **2º**. Foram lançadas obras relevantes para o futuro. Centro Escolar de Santa Crua/Trindade, Acessos ao Centro da Cidade e a requalificação de vias públicas (o antigo Parque Industrial da Cocanha) e o Mercado de Gado; o **3º** aspecto que eu quero relevar e que considero de especial importância é o que se conseguiu obter em 2008, em termos de financiamento de fundos comunitários, um montante que ultrapassa os trinta milhões de euros; dez milhões de euros para regeneração urbana, onde se inclui a Pousada da Juventude e o Centro de Apoio a Idosos na Madalena, a requalificação da Alameda de Trajano, o Parque de Estacionamento entre a Rua de Santo António e a Rua do Olival, o Centro de Ciência Viva no antigo Magistério e o Parque Expo – Flávia, para além de outras intervenções. Os Centros Escolares de Chaves e Vidago, que representam mais de seis milhões de euros, o Balneário de Vidago e o acesso que já referi, são mais de oito milhões de euros; a Modernização Administrativa, já aprovada, é de quinhentos mil euros. No INTERREG, onde só Chaves e Montalegre, tiveram obras aprovadas, nomeadamente a ligação Chaves/Montalegre, para além do projecto da Eurocidade e da Energia Geotérmica, com um investimento de cerca de três milhões de euros.

Outras obras serão anunciadas, oportunamente, nesta Assembleia Municipal. Isto significa que durante o ano de 2008 houve um trabalho sério e aturado, no sentido de que o Município de Chaves canalizasse e tivesse já garantido financiamentos destes montantes para o presente e para o futuro. São obras que ainda não estão no terreno, mas estão a ser preparadas para serem lançadas.

Acabam-se obras importantes, lançam-se obras importantes e garante-se o financiamento para aquilo que é fundamental para desenvolvimento do Concelho. As receitas correntes foram de 20.736.139,11€ e as despesas correntes totalizaram 18.902.193,78€, o que significa que houve uma poupança de cerca de dois milhões de euros em despesas correntes que foram canalizados para investimento. No Relatório de Gestão vem mencionado, pela primeira vez, que as Receitas Próprias ultrapassam 50% das Receitas Totais e nestas últimas, os Impostos representam apenas 13% do total (em 2007, representaram 17%), o que significa que os impostos têm hoje, um peso muito menor, nas Receitas Totais do nosso Município. O Património Municipal aumentou, no último ano 8 milhões de euros; em 2002, o Património da Autarquia valia, segundo os dados apurados, 63 milhões de euros. Hoje vale 186 milhões de euros.

A Dívida de Longo Prazo aumentou 2,7 milhões de euros, em função do empréstimo “Pagamento a Tempo e Horas”, mas diminuiu a de Curto Prazo. Como todos sabem o



empréstimo do “Pagamento a Tempo e Horas” é específico, porque nos obriga a pagar 2,6 milhões de euros – 500 mil euros por semestre. Estamos a cumprir.

O Partido Socialista diz que em 2008 a Autarquia assumiu encargos de 15 milhões de euros que não pagou, o que é verdade, mas tem proveitos diferidos – riqueza que criou e não recebeu – no valor de 22 milhões de euros, o que significa que se tivesse recebido o que deveria ter recebido em 2008, não só pagava os 15 milhões que tem de encargos, como ficava com um saldo positivo de 7 milhões de euros e isto é que é importante que se diga e que todos o saibam. Quando falam de rigor e transparência, de forma negativa, referem-se exactamente à execução – à forma como os resultados são apresentados. O Município de Chaves, no contexto dos 308 do País é apontado, de entre os dez primeiros, a cumprir as regras da contabilidade pública e contra factos não há argumentos.

Tudo isso prova que no Município de Chaves, com uma gestão verdadeira e correcta, em tempos difíceis, continuamos a fazer obras e a preparar o presente e o futuro.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – disse que este é o momento de analisar a prestação de contas referente ao ano de 2008.

Chegou a hora de avaliar se a equipa responsável pela gestão dos destinos de município de Chaves, no momento de elaborar o Plano e o Orçamento para 2008, teve a visão, a estratégia e a capacidade de previsão que lhe era exigível, se foi rigorosa e ponderada na avaliação das receitas e cautelosa na afectação das despesas.

O Partido Socialista de Chaves afirmou, quando foi chamado a pronunciar-se sobre o plano e orçamento para 2008, que os mesmos não evidenciavam a visão e a estratégia mais acertadas para promover e alcançar o desenvolvimento local. Dissemos ainda que o Orçamento da receita era fantasioso, pois estava empolado quase para o dobro do previsto, que a capacidade de gerar receita própria era insuficiente e inconsciente e que a componente de despesa corrente assumia valores desproporcionados face às funções e serviços prestados.

Dissemos ainda que o orçamento não era rigoroso, que previa receitas que já se sabia que nunca existiriam, que era uma ficção e apenas servia como instrumento para conseguir o equilíbrio orçamental entre a despesa e receita. Para comprovar esta falta de verdade que tão bem tem caracterizado o PSD nestes últimos anos, o Senhor Presidente da Câmara mandou que os serviços municipais inscrevessem no orçamento da receita corrente para o ano de 2008, cujas contas agora se analisam, a título de dividendos e participações na EHATB, 2 milhões de euros, mas verifica-se, agora, que conseguiu arrecadar zero euros. Face a isto perguntamos: afinal o PS falou ou não verdade em Dezembro de 2007? Ou melhor, afinal o PSD e o Senhor Presidente da Câmara mentiram ou não a esta Assembleia, quando se aprovou o Plano e Orçamento para 2008? Face a esta previsão o Senhor Presidente deve assumir que errou na previsão com a EHATB.

Na componente da receita de capital, o Senhor Presidente da Câmara previa arrecadar 29.837.187,50€ mas, dizem agora as contas, que o resultado foi de 16.244.532,81€, ou seja, revelou uma capacidade de execução de 54,4% relativamente à previsão.

Da análise das contas de 2008 podemos ainda verificar que as receitas provenientes dos impostos, voltaram a aumentar. Previam-se arrecadar 3.755.650,12€ e arrecadaram-se 5.089.596,38€, o que traduz um aumento de 135,5%.

Em 2001, quando o PS estava na Câmara, a receita proveniente de impostos era de 1.990.943,88€ e agora é de 5.089.596,38€. Em sete anos as receitas dos impostos



cresceram 3.098.652,50€ - 155%. Para o Partido Socialista este é um sinal de que os flavienses, pelos mesmos serviços pagam mais.

Relativamente às despesas com pessoal foram gastos, em 2008, 9.780.494,45€, mas a Câmara apenas pagou 9.292.854,15€, deixando de pagar à ADSE o valor de 487.640,30€. Em 2001 as despesas com pessoal representavam 5.696.940,37€ e em sete anos esta gestão do PSD aumentou essas despesas em 4.083.554,08€, o que representa uma média de mais 600 mil euros/ano em salários.

A dívida do Município à RESAT, no valor de 2.403.466,37€ é preocupante e leva-nos a pensar que será razão para que a Câmara de Chaves não possa exigir bons serviços na recolha do lixo.

É igualmente grave o passivo da autarquia que atingiu o número recorde de 59.430.245,71€. Em 2005 o passivo era de 36.803.213,39€, tendo aumentado 22.627.032,32€, em três anos. Na questão dos aumentos dos activos gostaria que o Senhor Presidente nos esclarecesse porque é que aumentaram tanto. Se os activos são: O Mercado Abastecedor; os terrenos da antiga Chaves Parque, que agora pertencem à Flavifomento; a Regularização do Estádio Municipal, tudo isso já existia. Se estes são os activos eu pergunto se os passivos também estão aqui colocados. Não me parece.

Ao nível das grandes Opções do Plano a execução é sofrível. Para quem tanto prometia verificamos que se executou 51,72%. A previsão na execução era de 24.427.184,02€, mas ficou pelos 12.632.730,80€, praticamente metade. Este Relatório de Contas é o exemplo da falta de rigor e transparência para se poder aferir a verdadeira análise da situação financeira do Município. Dizemos isto porque as Contas do Município deviam ter sido apresentadas em conjunto com as contas das Empresas e Associações Municipais, o que não aconteceu. Não temos as Contas da Empresa Municipal, da Associação Chaves Viva, do Mercado Abastecedor de 2008, da Flavifomento de 2008 e a análise devia ser feita em conjunto. A parte empresarial do Município é importante e devíamos conhecer os seus activos e passivos. Aguardamos os Relatórios.

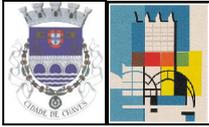
Depois de analisadas as contas agora apresentadas, confirmamos falta de verdade, de rigor e honestidade, nos documentos apresentados na Assembleia de Dezembro de 2007. As Contas da Autarquia são parecidas com a Financeira Americana AIG, em que os seus gestores apenas se preocupavam em receber os bónus e fazer viagens para lugares paradisíacos; parece coincidência, mas em Chaves também há bónus que se chamam senhas de presença e viagens à volta do mundo, mas os flavienses sabem que chegou o tempo de mudar, porque Chaves merece muito melhor.

LUIS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e disse que a discussão do Orçamento, nesta Assembleia, embora se queira dar como técnica, a verdade é que a sua discussão é política.

Os Orçamentos são feitos por técnicos especializados, são fiscalizados pelo Tribunal de Contas, são documentos públicos e os erros que forem detectados dão direito a procedimento criminal. A maioria dos membros deste Órgão não somos especialistas em economia e a nossa análise é essencialmente política, relativamente à execução e ao que estava previsto.

Quanto aos empolamentos do Orçamento todos sabemos que há rubricas que tem de ser abertas, para prevenir a entrada de fundos, que serão dotadas com esses valores, no caso de virem; quando não vêm as previsões são superiores ao que se vem a realizar. Uma realização de doze milhões de euros é uma grande realização para um Município da dimensão do nosso.

É inaceitável a observação que o Senhor deputado Júlio Alves fez, quando diz que os políticos, que estão a exercer as suas funções, o fazem para receber determinados



bónus, é difamação pessoal. Ao longo do tempo tem sido uma constante desta Assembleia a procura da elevação dos níveis de discussão, para evitar este tipo de ataques pessoais. Não foi o Orçamento que o Senhor deputado atacou na sua intervenção. Se o Senhor tem provas de actos criminais, conhece as Instituições onde deve apresentá-las; o poder judicial é independente e tem competência para julgar actos ilícitos, quando os haja.

A obra que este Orçamento consignava está sobejamente mostrada no terreno e isso prova que o dinheiro foi aplicado e bem aplicado.

Por tudo o exposto a bancada do PSD vai votar favoravelmente esta Proposta.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que, na sequência da intervenção feita pelo Senhor deputado Luis Geraldês, também a nossa capacidade de análise é essencialmente política.

Tenho alguma dificuldade em entender que foram previstos no Orçamento dois milhões de euros, provenientes da Empresa Hidroelétrica do Alto Tâmega - EHATB – o que não aconteceu e eu gostava de entender melhor essa questão.

Em meu entender, na previsão da Receita do IMI, o executivo tinha possibilidades de fazer uma redução mais significativa da taxa a aplicar, dado que a receita tem aumentado, mesmo com a descida que tem havido anualmente.

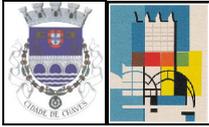
Mas há aqui uma questão de fundo, séria, que devia ser discutida. Os grandes investimentos que a Autarquia fez nos últimos anos, em articulação com o Governo Central e de uma forma preocupante, para todos, são fracassos. Para que vai servir a Plataforma Logística, o Parque Empresarial e perguntamos se alguma vez se irá recuperar o investimento de dinheiro público que aí foi feito. A CDU teve sempre uma posição nítida sobre estes investimentos. É difícil criticar e não estar de acordo com projectos, que no essencial, são reivindicados pelas populações de todo o País, mas, como já dissemos em 2005, não são estes projectos, nem é este modelo, que corresponde às necessidades de desenvolvimento da região. Infelizmente o tempo deu-nos razão.

A visita do Senhor deputado da Nação, Dr. Agostinho Lopes, serviu, também, para constatar uma situação preocupante sobre estas estruturas. É que, no entender de todos, elas iriam lançar o Concelho de Chaves no desenvolvimento. É sobre isso que devíamos reflectir e preocupar-nos, juntando-lhe outro grande investimento, com o qual todos concordámos e que foi o edifício da Escola de Enfermagem. É necessário perceber de quem são as responsabilidades da crise, da sua profundidade, da depressão das regiões do interior, do ter autorizado uma política nacional e local de grandes superfícies comerciais que têm as suas próprias redes de distribuição, da asfixia dos pequenos produtores; quando falamos nas dificuldades dos pequenos produtores de leite, somos quase acusados de ser anti – europeístas e só nos preocupamos com questões nacionais. Mas se nós não promovermos os produtos locais, para que serve o Mercado Abastecedor? Esse conjunto de “elefantes brancos” vai-nos afectar a todos. Nós nunca estivemos contra a construção destes empreendimentos, que sempre foram uma reivindicação de todos, mas agora vamos ver para que podem servir. Temos ali um conjunto de investimentos que vão ser difíceis de rentabilizar e temos de entender qual o modelo de desenvolvimento que Chaves precisa e como podemos reverter a situação.

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que foram colocadas, neste ponto:

- O Senhor deputado **Júlio Alves** terminou a sua intervenção dizendo que aqui havia viagens à volta do mundo e eu quero, se o Senhor Presidente da Mesa me permite, questioná-lo se essa afirmação se refere a mim.

O Senhor deputado **Júlio Alves** respondeu de imediato que a sua afirmação não se referia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves.



O Senhor Presidente da Câmara continuou a sua intervenção dizendo que ficou devidamente elucidado quando o Senhor deputado **Júlio Alves** disse que, relativamente às viagens à volta do mundo, efectivamente, não se referia a ele e pediu que essa resposta ficasse registada em acta.

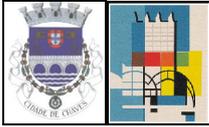
Também o Senhor deputado **Júlio Alves** referiu a honestidade – que presumo seja intelectual – no que diz respeito à Prestação de Contas. Mas na sua intervenção o Senhor confundiu duas coisas: **1º**. Confundiu Plano com Orçamento. **2º**. Confundiu Activo com Património. São coisas diferentes na Prestação de Contas. Referiu o Plano Plurianual de Investimentos que disse ter uma execução de 54% e eu peço-lhe que consulte os documentos existentes no Município de Chaves e veja se houve algum ano, que não o de 2008, em que a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ultrapassou os 50%. Tendo 2008 sido o primeiro ano em que se ultrapassou os 50% de execução, deve dizer-lhe que um Plano Plurianual de Investimentos não se vê apenas pela execução do ano. Há muitas obras incluídas nesse Plano que vinham de anos anteriores e outras que estão incluídas e que vão continuar em 2009.

As contas da Empresa Municipal estão incluídas no documento que foi entregue e os Senhores Vereadores tiveram oportunidade de o analisar. Estão lá plasmados os resultados obtidos, que revertem nos resultados da Câmara Municipal. Relativamente às restantes entidades que mencionou, o que vem no Plano e Orçamento, são as transferências que a Câmara faz para essas entidades e é apenas isso que está em causa. Cada uma dessas entidades tem a sua contabilidade própria, que não depende da Autarquia; nem o seu passivo depende da Câmara. O que depende da Autarquia é a contratualização que existe com essas entidades e isso está claramente expresso nas contas. Repito, mais uma vez, que qualquer cidadão que o requeira tem acesso à contabilidade dessas mesmas entidades.

Diz o Senhor deputado que esta Câmara Municipal paga tudo menos a ADSE, a quem devemos um valor de cerca de 400 mil euros, mas sabe quanto é que a Câmara de gestão socialista devia a essa mesma entidade em 2001? Devia exactamente o valor de 600 mil euros. Isso significa que já diminuámos a dívida com a ADSE em 200 mil euros.

Todos os anos é enviado, às entidades de tutela, um documento que se chama Balanço Social. Nele consta o número de trabalhadores a 31 de Dezembro. De 2007, para 2008 há menos 16. Esse documento também está disponível para quem o quiser consultar.

A Empresa EHATB envia para as Câmaras Municipais, o quantitativo dos dividendos que prevê distribuir em cada ano. O Senhor deputado diz que esse valor é para fazer o equilíbrio orçamental. É efectivamente e passo a explicar porquê. Nós sabemos em cada ano – situação que expliquei nesta Assembleia, aquando da apresentação Proposta do Orçamento - que não dispomos de receitas que nos permitam executar o Orçamento a 100%. Nessa mesma altura expliquei que gostaria de chegar a uma altura em que a execução global do Plano e Orçamento fosse de 75%; curiosamente o ano de 2008 foi de 70%. Já só estamos a 5% desse objectivo e isso não é possível porque a Câmara de Chaves, com rigor e transparência coloca a Dívida no Plano e Orçamento. Se sabemos que gastamos 150 mil euros em combustíveis e temos uma dívida de 60 mil, não podemos colocar nos Documentos Previsionais apenas a previsão, mas sim a totalidade, ou seja 210 mil, que é para poder cobrir a Dívida. Portanto ao colocar a Dívida somos obrigados a ir buscar esses valores que não são reais para fazer o equilíbrio orçamental. O Senhor Doutor Alexandre Chaves chamava a isso Engenharia Financeira, eu chamo-lhe equilíbrio orçamental. Colocamos não só o que prevemos gastar, mas também a Dívida que temos no Plano e Orçamento. Esse valor da EHATB e o valor da venda das habitações serve



precisamente para isso. Sabemos de antemão que não as vendemos todas, mas esse valor serve exactamente para esse equilíbrio orçamental. Isto não é esconder nada, pelo contrário é transparência total na apresentação das contas.

- O Senhor deputado **Manuel Cunha** referiu-se também aos valores da EHATB que a Câmara recebeu. Esses valores contam igualmente dos documentos em análise, embora não estejam discriminados por dividendos. Isto porque uma Empresa que distribui dividendos, tem o seu lucro, paga os seus impostos ao Estado e transfere o restante pelos associados e a EHATB teria de agir da mesma forma. Não o faz porque emprega os seus super habites em investimento, mas paga os seus impostos ao Estado. Se o Senhor deputado analisar devidamente as contas tem lá três rubricas, pelas quais entraram verbas da EHATB, a saber: Câmara de Ribeira de Pena – 125 mil euros; Parques Eólicos (Mairos); Diversos – 183.mil euros. No Município de Chaves entram parte desses valores e estão aqui muitos Presidentes de Junta, que quer para obras das próprias Freguesias, quer para outras entidades (Associações, Comissões Fabriqueiras etc) que não vou citar, têm recebido diversos apoios da EHATB para obras/actividades culturais.

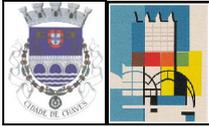
O Senhor deputado **Manuel Cunha** disse ainda, na sua intervenção, que o IMI poderia baixar mais. Isso significa que tem baixado, o que efectivamente tem acontecido todos os anos, desde que este executivo está à frente da Autarquia. O que acontece é que tem havido mais eficiência na sua cobrança, através do Estado, a quem pagamos por isso; no corrente ano já pagámos 104 mil euros pela prestação desse serviço. Analisaremos a situação em função do seu crescimento; estamos em 0,3% e poderemos, eventualmente vir para a taxa mínima que é de 0,2%.

O Senhor deputado referiu-se às parcerias entre a Autarquia e o Estado como um fracasso. O Senhor acha que o Programa Polis foi um fracasso? Não foi; o Centro Cultural, executado com fundos comunitários, também não o foi; Biblioteca Municipal feita em parceria com o Estado, também não foi nenhum fracasso, bem pelo contrário; Recuperação do Balneário Termal foi um sucesso; Toda a recuperação da Zona Histórica de Chaves, não foi um fracasso. O Senhor deputado insiste que o Parque Empresarial de Chaves é um fracasso, mas eu entendo que não o é. Neste momento estão ocupados os seis pavilhões dos Ninhos de Empresas; No Mercado Abastecedor estão três operadores e está em construção o pavilhão da IBERMAROS, o que totaliza dez unidades a funcionar. Há lotes comprometidos para outros operadores e continuamos com a convicção de que o Nó, que agora vai ser iniciado, dado que já estão disponíveis todos os terrenos, vai potenciar esta infra-estrutura. Não vamos por em causa os operadores que laboram ali, dizendo que são elefantes brancos, ou fracassos. Para eles, com todo o sacrifício e determinação não o é. Com o tempo, com calma, com ponderação, cá estaremos para avaliar o fracasso ou o sucesso do empreendimento.

DEPUTADO JÚLIO ALVES do PS – usou novamente da palavra para dizer que as despesas com o pessoal aumentaram quatro milhões de euros.

“Esse valor, no meu entender não é o aumento normal que função pública teve”.

“Respondendo ao Senhor deputado Luís Geraldês, enquanto membro eleito desta Assembleia, sempre fiz uma distinção entre o plano político e plano pessoal, enquanto cidadãos. Na minha intervenção não frisei qualquer tipo de difamação ao Senhor Presidente da Câmara. O Senhor disse, segundo eu entendi, que fiz insinuações sobre actos de corrupção e para provar que não foi assim vou deixar a minha intervenção ao Senhor Presidente da Mesa, para que não haja dúvidas quanto ao que escrevi. O que eu disse foi uma metáfora em relação à situação da Seguradora Americana AIG, onde os administradores não cometeram nenhum acto de corrupção, porque os bónus a que tinham direito eram legais, embora moralmente não fossem aceitáveis, numa situação de falência.



DEPUTADO LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO, do PSD – Usou do direito de resposta para dizer ao Senhor deputado Julio Alves o seguinte:

“O Senhor fez uma comparação injusta, que toda a Assembleia sentiu e entendeu como eu. A elevação dos trabalhos deste Parlamento exigem que, certos ataques, demasiado personalizados, que estão a ser feitos, sejam contidos. A gravação melhor do que ninguém pode demonstrar claramente o que realmente foi dito.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado **Júlio Alves** sobre a questão do pessoal.

Presumo que o Senhor deputado se referiu à diferença dos 4 milhões de euros, desde 2001 até esta data – 8 anos. São 8 anos, não 8 dias em que além dos aumentos normais há as promoções que só em 2008, foram mais de 150 e alguns dos trabalhadores que foram promovidos, passaram a ganhar mensalmente mais 140 euros, o que é um valor significativo. Havia pessoas na Câmara de Chaves que não eram promovidas desde 1982 e com a entrada em vigor do novo Código de Trabalho, onde todos teriam de entrar em pé de igualdade a partir de 1 de Janeiro; para além disso houve os contratos, onde os encargos aumentaram substancialmente com a Segurança Social porque, por força do novo Código, passaram a usufruir desse benefício. De 2006 para 2007 os encargos com a Segurança subiram 6,5%.

Na Câmara Municipal de Chaves as despesas com pessoal há três anos que não ultrapassam 25% do valor total, o que é uma performance ideal em qualquer empresa e também não houve qualquer despedimento.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 81 votos a favor, 6 abstenções e 13 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 5. - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS, NO VALOR DE 1.000.000,00€ E DESTINADO AO FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO. PROPOSTA N.º18/DGFEP/2009.

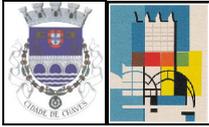
PONTO 6. - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS, NO VALOR DE 1.376.801,67 € E DESTINADO AO FINANCIAMENTO DE PROJECTO DE ÍNDOLE COMUNITÁRIA. PROPOSTA N.º19/DGFEP/2009.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** pediu ao Senhor Presidente da Mesa autorização para explicar os pontos 5 e 6 ao mesmo tempo, tendo sido autorizado. Em seguida disse:

Se o Município de Chaves está a recorrer a empréstimos é porque tem capacidade de endividamento. Se assim não fosse, não lhe seriam autorizados.

O empréstimo para o Centro Escolar, no valor de 1.376 mil euros, tem este montante dado que o valor elegível, do qual vamos buscar 70%, é menor do que vamos investir, porque queremos ter uma infra-estrutura de qualidade. Nesta altura para serem autorizados empréstimos e possam vir a esta Assembleia Municipal, têm de ter o aval de três Ministérios. O Ministério das Finanças isentou o empréstimo para o Centro Escolar da percentagem de capacidade de endividamento, conforme documento apenso. Só fomos isentados de metade do valor, porque, conforme o Ministério das Finanças referiu, a Câmara de Chaves ainda dispõe de muita capacidade de endividamento.

O outro empréstimo é para pagar obras que estão autorizadas. Tendo essa capacidade, não a colocando em causa para obras essenciais, porque se vai manter, solicito à Assembleia Municipal, autorização para a contracção destes dois empréstimos.



DEPUTADO JOÃO MIRANDA RUA do PSD – disse que relativamente ao empréstimo de um milhão de euros, ele peca por defeito, tendo em consideração os seus objectivos, que têm uma componente que considera relevante e que é a requalificação da anterior zona industrial da Cocanha que, deste modo, fica em iguais circunstâncias com o novo Parque Empresarial. É uma justa reivindicação das empresas que ali se encontram instaladas, tanto mais que está ocupado a 100%. Parabéns por esta obra.

A Câmara Municipal deveria ser mais ousada e pedir um empréstimo maior para relançar outras obras, neste período de crise, para dinamizar a actividade económica, em particular a construção civil, que abrange um universo enorme de outras actividades empresariais. Seria interessante que numa próxima oportunidade fosse contraído novo empréstimo para relançar mais obras e, deste modo dinamizar a economia, considerando aquilo que é a realidade e que está plasmada nos documentos que nos foram entregues - a capacidade de endividamento do Município.

Posta à votação a Proposta apresentada no Ponto 5 foi aprovada com 94 votos a favor, seis abstenções e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

Posta à votação a Proposta apresentada no Ponto 6 foi aprovada com 94 votos a favor, três abstenções e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 7. - CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM PAVILHÃO DESPORTIVO NA AV. DA TRINDADE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE, NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 23/GAPV/09.

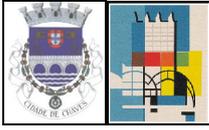
O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. Informou que, oportunamente, esta Assembleia Municipal tinha autorizado a Autarquia a constituir uma sociedade e entre as suas atribuições se encontrava a construção de um Pavilhão Desportivo.

Posteriormente a Câmara Municipal pediu autorização a este Órgão para a cedência do direito de superfície, junto do Centro Escolar de Santa Cruz Trindade, para aí edificar o mencionado Pavilhão, procurando, nessa altura alguém que viesse a investir nessa infra-estrutura. Ficando deserta essa proposta e tendo a Autarquia contratualizada a construção do Pavilhão, na Nova Zona Desportiva, vimos solicitar a mesma cedência do direito de superfície, junto ao Centro Escolar, para que o Pavilhão, que era para ser construído na Nova Zona Desportiva, o possa vir a ser próximo do Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade. As condições são as mesmas; servir a comunidade escolar durante o período de aulas e fora desse período servir a comunidade em geral.

O projecto já se encontra em apreciação, terá cerca de mil lugares para a assistência, ficando com espaço adequado para a prática de várias modalidades num piso superior.

DEPUTADO LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – disse que é uma iniciativa ideal, construir este Pavilhão numa zona escolar, porque vai permitir que seja utilizado de imediato, potencializando o equipamento.

É uma decisão que torna as alterações dos projectos, por vezes, fáceis de implementar e de proveito garantido. Lembro que um projecto de uma infra-estrutura similar na Escola Secundária Dr. Júlio Martins e dado que esta unidade de ensino vai sofrer uma profunda intervenção, no âmbito das cem escolas, que vão ser intervencionadas, aproveito para solicitar ao Município que ajude esta Escola, no sentido de manter a pressão sobre o Ministério da Educação. Esta Escola Secundária é a única que tem a valência da formação desportiva na cidade de Chaves, em todo o



Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 02/2009

Alto Tâmega e este equipamento é extremamente importante quer para a Escola, quer para o Município.

Aproveito esta oportunidade para aceitar um certo repto do Senhor deputado Matos Cunha sobre a discussão de grandes orientações, que é realmente para isso que esta Assembleia Municipal deve servir. Esse é o tipo de Assembleia a que gosto de pertencer – viva discursiva e sem ataques. Eu não sei na natureza, existem elefantes brancos, mas se existem eles têm a mesma força dos cinzentos.

Discordo do Senhor deputado, acerca dos investimentos feitos. Os investimentos têm de ter uma visão estratégica e nem todos são rentáveis a curto ou médio prazo. Quando a Ponte de Gooldangate foi feita, em plena depressão dos anos trinta, com fundos públicos e com grandes sacrifícios, onde passava um carro de vez em quando; uma obra que, para a altura, foi monumental, na qual passava um carro de vez em quando, em vez de elefante branco, devem ter-lhe chamado manada de elefantes brancos. No entanto, decorridos estes anos está comprovado a valor e importância daquela obra. O mesmo se pode dizer relativamente à Avenida da Liberdade em Lisboa.

O Parque Empresarial já se pode deixar de chamar de elefante branco, porque já está a ser utilizado, com várias empresas ali instaladas. A principal base para o tornar funcional – O Nó e a Ligação a Espanha – ainda não foi concluída. A partir da ligação à Auto-estrada das Rias Baixas e ao Nó é que o desenvolvimento se incrementa.

As crises são cíclicas e eu acredito que esta também vai ser ultrapassada e com as infra-estruturas feitas é meio caminho andado. Ainda é cedo para julgar.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi.

O Presidente da Mesa _____

O 1º. Secretário _____

O 2º. Secretário _____